

Democracia escolar

Eurico de Andrade Neves Borba

Por esses dias, em Brasília, pôde-se ver na televisão uma propaganda, do Sindicato dos Professores, onde um grupo de jovens afirma com ar confiante: "Diretor quem eleger é a gente..." Tal cruzada verifica-se com maior ou menor intensidade em vários estados. Procura-se convencer e conquistar a opinião pública para a tese de que a modernidade e a eficiência da escola passam, necessariamente, pela eleição dos seus dirigentes por professores, alunos e funcionários.

Tal manifestação situa-se no âmbito mais amplo de outras reivindicações por maior representação e participação popular na organização e funcionamento da sociedade civil. É a ânsia de todo um povo em afirmar-se e em garantir seus direitos de tal forma que a justiça e a liberdade possam, realmente, se transformar em valores reais, incorporados ao dia-a-dia de cada um. Nada mais justo e mais correto — assim consolida-se a democracia, o único sistema adequado às exigências naturais da pessoa humana para uma vida digna em sociedade.

No entanto, é preciso que se tenha em mente que o simples reconhecimento do valor da democracia, como um dado fundamental do processo civilizatório, não garante a racionalidade política e social de uma sociedade. Racionalidade no sentido de se assegurar as melhores e mais adequadas opções para a coletividade. Este processo pressupõe um longo amadurecimento histórico onde o nível de esclarecimento de um povo, em função de seu grau de educação formal, se materializa pela participação responsável e eficiente nos mecanismos da decisão e controle social. São evidentes, em nossos tempos, não só no

Brasil como na maioria dos países do mundo subdesenvolvido, as manifestações assembleístas e corporativistas que, a pretexto de estarem exercendo uma prática democrática formal e direta, impõem, muitas vezes, para a totalidade da nação, decisões não as mais adequadas às expectativas da comunidade, mesmo que tomadas pelo voto direto dos interessados. Este acúmulo de erros ou de ineficiências, oriundos da "pressão democrática" de segmentos articulados da população, trai o ideal do bem comum abastardando e desmerecendo a prática da participação e representação democráticas que se pretende exaltar. Os totalitarismos surgem como resposta à ineficiência e confusão geradas por semelhante tipo de "democracia"...

Afirma-se, com razão, que democracia só se aprende praticando. Mas banalizá-la pelo uso abusivo e demagógico de suas práticas formais e exteriores é criar barreiras ao avanço da civilização, ao aperfeiçoamento da justiça e consolidação da liberdade. Democracia é o sistema político que permite, de forma pacífica, resolver as naturais divergências entre os grupos e entre as pessoas que compõem uma sociedade.

Ora, no caso da escola, não há divergências — há a transmissão do saber. No caso das instituições de ensino, do 1º grau à universidade, há, inevitavelmente, uma hierarquia do saber, da competência e da experiência. Tais atributos não são conferidos por uma eleição. O diretor mais popular não será, necessariamente, o mais competente para dirigir a escola ou a universidade. A democracia escolar não repete as práticas gerais da representação e participação do restante da sociedade. O falso não se transforma em verdade pelo simples resultado de

uma eleição espúria — de alguma forma deve-se estar preparado para votar assuntos específicos. Os dirigentes escolares deverão ser apontados, natural e rigorosamente, pelos professores mais qualificados, aqueles que, pela experiência, saber, honestidade e integridade intelectual, trabalhos e serviços realizados (e já avaliados pelos seus pares), têm as condições de optar pela pessoa mais adequada.

Os demais professores (iniciantes), funcionários e alunos devem ter sua representação em conselhos para poder apresentar suas críticas, sugestões e expectativas sempre dentro da perspectiva maior que une aquela comunidade peculiar — a transmissão do saber, a formação integral do cidadão. O processo educacional presta, numa liturgia pedagógica, reverência ao saber e subordinação natural à competência e à experiência íntegra, honesta e responsável.

Sofismar com a bandeira da democracia é fácil — pode parecer até extremamente progressista e moderno. Mas no caso da escola de 1º e 2º graus é atitude de uma irresponsabilidade histórica que nem a ignorância dos seus patrocinadores pode desculpar. Se quisermos, uma vez mais, atrasar a imprescindível e fundamental revolução educacional, que urgentemente necessitamos, nada melhor do que convocar os alunos para elegerem aqueles que irão ensiná-los. Então a oferecer aos jovens uma mentira. Como em tantas outras coisas em nossos tempos conturbados, engana-se a juventude, pois os mais velhos parecem ter perdido a coragem de afirmar a verdade e suas exigências.

■ Eurico de Andrade Neves Borba é vice-reitor da PUC-Rio e curador do Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade